ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 500/2025, DE 21 DE AGOSTO DE 2025.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA
CULTURAL DE SENADOR ELOI DE
SOUZA/RN, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN, no uso das suas atribuições legais e constitucionais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sancinou a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DA CRIAÇÃO E FINALIDADE

Art. 1º Fica criado o **Conselho Municipal de Política Cultural de Senador Elói de Souza/RN (CMPC)**, órgão colegiado, consultivo, deliberativo e normativo, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

Art. 2º O CMPC tem por finalidade promover a participação da sociedade civil e do Poder Público na formulação, execução, acompanhamento e avaliação das políticas culturais do Município, em conformidade com os artigos 215 e 216 da Constituição Federal e com as diretrizes do Sistema Nacional de Cultura.

Art. 3º Compete ao CMPC, especialmente:

- I – Elaborar, acompanhar e fiscalizar a execução do Plano Municipal de Cultura;
- II – Estabelecer diretrizes, metas e prioridades da política cultural municipal;
- III – Fomentar a democratização do acesso aos bens culturais e o fortalecimento da identidade local;
- IV – Incentivar a criação artística, a produção cultural e a valorização dos agentes culturais do Município;
- V – Apoiar a realização da Conferência Municipal de Cultura;
- VI – Colaborar na elaboração da LDO, LOA e PPA, no que se refere à política cultural;
- VII – Propor a celebração de convênios, parcerias e captação de recursos para o setor;
- VIII – Fiscalizar a aplicação de recursos do Fundo Municipal de Cultura;
- IX – Aprovar seu Regimento Interno;
- X – Exercer demais atribuições correlatas à promoção e valorização da cultura municipal.

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO

Art. 4º O Conselho será composto por **09 (nove) membros titulares** e respectivos suplentes, sendo:

- I – 04 (quatro) representantes do Poder Público Municipal, indicados pelas seguintes Secretarias:
 - a) Cultura e Turismo;
 - b) Educação;
 - c) Assistência Social;
 - d) Administração e Finanças.
- II – 05 (cinco) representantes da sociedade civil, escolhidos entre os seguintes segmentos:
 - a) Artes Cênicas (teatro, dança, circo e ópera);
 - b) Música;
 - c) Audiovisual, literatura e artes visuais;

- d) Associações ou coletivos culturais organizados;
- e) Representante indicado pelo Poder Legislativo Municipal.

§ 1º O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.

§ 2º A função de conselheiro é considerada de relevante interesse público e não será remunerada, admitindo-se ajuda de custo para despesas de deslocamento e participação em atividades oficiais.

§ 3º A ausência injustificada em 03 (três) reuniões consecutivas ou 05 (cinco) alternadas, no período de 12 (doze) meses, implicará substituição do titular pelo suplente.

§ 4º Nenhum membro da sociedade civil poderá exercer simultaneamente cargo em comissão ou função de confiança vinculada ao Executivo ou Legislativo Municipal.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO INTERNA

Art. 5º O CMPC terá a seguinte estrutura:

I – Plenário;

II – Mesa Coordenadora, composta por Presidente, Vice-Presidente e Secretário;

III – Comissões Temáticas, permanentes ou temporárias.

Art. 6º O Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário serão eleitos entre os conselheiros, na forma definida em Regimento Interno.

Art. 7º Compete à Mesa Coordenadora:

I – Coordenar os trabalhos do Conselho;

II – Propor e executar a pauta das reuniões;

III – Acompanhar a execução das deliberações;

IV – Representar o Conselho perante órgãos e instituições públicas ou privadas.

CAPÍTULO IV DO FUNCIONAMENTO

Art. 8º O Conselho reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, a cada dois meses, e, extraordinariamente, quando convocado pelo Presidente ou pela maioria absoluta de seus membros.

Art. 9º As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 10º O CMPC realizará, anualmente, uma **Plenária Pública de Cultura**, aberta à participação da comunidade, para avaliação das políticas culturais e definição de prioridades.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11º O Conselho elaborará seu Regimento Interno no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da sua instalação.

Art. 12º O Poder Executivo assegurará os meios materiais e humanos necessários ao pleno funcionamento do Conselho.

Art. 13º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 14º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Senador Elói de Souza/RN, 21 de agosto de 2025.

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAUJO JUNIOR
Prefeito Municipal de Senador Elói de Souza/RN

Publicado por:
Hudson Araújo Lucas
Código Identificador:0906BBAE

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte no dia 29/08/2025. Edição 3613
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/femurn/>